

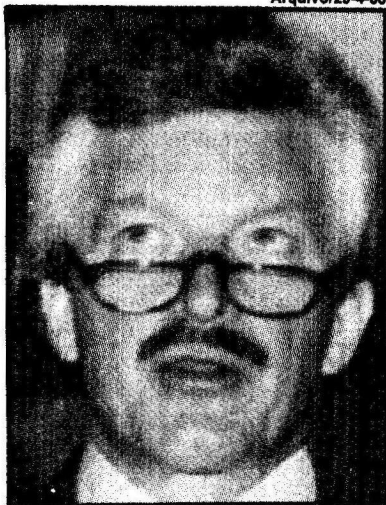
Redução da dívida não deve beneficiar já o País

O Subsecretário do Tesouro americano para Assuntos Internacionais, David Mulford, disse ontem que, na realidade, não existe um plano concreto dos Estados Unidos para reduzir a dívida externa da América Latina, apenas idéias e sugestões. Mas observou que se os países ricos, os banqueiros e as instituições financeiras multilaterais delinearem um plano, o Brasil dificilmente seria beneficiário, a curto ou médio prazo, dos mecanismos de redução da dívida. Em sua opinião, o Governo brasileiro já conseguiu um bom acordo com os bancos, e por isso, não deverá ter no momento uma nova oportunidade de diminuir o seu débito.

— O pacote brasileiro já contém uma importante técnica de redução, que são os *exit bonds*. E o Brasil também tem um programa de troca da dívida por investimentos. Há vantagens que o País pode ganhar imediatamente, com base nesse acordo — advertiu Mulford, para quem México e Venezuela poderão se beneficiar a prazo mais curto, por estarem com negociações em andamento.

Acreditava-se que o Subsecretário revelaria ontem detalhes do plano anunciado na sexta-feira pelo Secretário Nicholas Brady, mas ele disse apenas que o Tesouro espera que os países ricos, os bancos e as instituições multilaterais montem um plano efetivo nos próximos meses, depois de uma discussão na primeira semana de abril, quando se realiza

Arquivo/29-4-88



Mulford: apenas idéias e sugestões

em Washington a reunião semestral do Banco Mundial (Bird) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Sobre um dos pontos essenciais das propostas do Secretário Nicholas Brady — a suspensão, por três anos, de duas cláusulas dos contratos tradicionalmente feitos nas renegociações da dívida, e que impossibilitam que bancos e países devedores negociem títulos da dívida com deságio — Mulford foi comedido:

— Os banqueiros nos indicaram sua disposição de considerar o assunto, mas trata-se de um exercício difícil, pois exige o envolvimento de

um grande número de bancos.

Ele deixou claro que as propostas do Tesouro americano requerem “profundas mudanças na política do FMI e do Bird”, a serem discutidas e votadas pelos seus 151 países membros. Mas advertiu que será necessário que os países devedores tomem três providências essenciais:

— É preciso que reduzam a inflação, façam cortes nos gastos públicos e mantenham sólidas políticas monetárias.

Mulford esclareceu também que não haverá aporte de dinheiro novo para financiar os mecanismos de redução da dívida — a serem aplicados sob a supervisão do FMI e do Bird.

— As idéias expostas pelo Secretário Brady não exigem dinheiro novo no Bird ou no FMI, mas sim um redirecionamento do capital desses organismos, para que uma parte dele financie a redução. Incentivamos o Japão a fornecer recursos adicionais mas de forma paralela, para financiar o desenvolvimento dos países que se candidatarão aos mecanismos de redução.

Com isto, estava deixando claro que os Estados Unidos querem evitar que a concessão de capitais pelo Japão seja caracterizada como “contribuições adicionais” ao FMI e ao Bird. Pois nesse caso, os japoneses exigiriam em troca maior poder de voto e liderança dentro dessas dois organismos — pretensão a que os americanos não querem ceder.